



## ATESTADO TÉCNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Atestamos para o devidos fins que a sociedade **VEIRANO ADVOGADOS**, estabelecida nos escritórios localizados no Estado de São Paulo, cidade de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477, 16º andar, CEP 04538-133, inscrito no CNPJ sob o nº 01.795.309/0001-88, no Estado do Rio de Janeiro, cidade do Rio de Janeiro, na Av. Bartolomeu Mitre, 770 - Leblon, Rio de Janeiro - RJ, 22431-004, inscrito no CNPJ sob o nº 27.819.937/0001-40, em Porto Alegre na Av. Dr. Nilo Peçanha, 2900, 15º andar, CEP 91330-001, inscrito no CNPJ sob o nº 97.130.371/0001-20 e em Brasília, na SCS Qd. 9 Lt. C - Ed. Parque Cidade Corporate - Torre A - 12º andar sl. 1203, CEP 70308-200, inscrito no CNPJ sob o nº 03.826.947/0001-44, já executou, para esta empresa, **COMPASS GÁS E ENERGIA S.A.**, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4100, Andar 16, Sala 24, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.389.501/0001-81, a prestação de serviços jurídicos relacionados aos temas abaixo:

### (i) Direito do Petróleo e Gás Natural

- a. Questões regulatórias e contratuais, conforme legislação aplicável, relacionadas à comercialização e aspectos ligados à infraestrutura de *midstream* de gás natural;
- b. Matérias relacionadas com o direito internacional e comparado voltadas para o setor de gás natural;
- c. Elaboraões, revisões, interpretações e negociações de instrumentos contratuais utilizados no setor de gás natural;
- d. Questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável ao setor de gás natural;
- e. Elaboraões, revisões, interpretações e negociações de instrumentos contratuais utilizados no setor de gás natural, ou seja, familiaridade com instrumentos contratuais comumente utilizados, tais com modelos da Association of International Petroleum Negotiators ("AIPN"), ou Rocky Mountain Mineral Law Foundation ("RMMLF"), ou American Association of Petroleum Landmen ("AAPL"), ou Canadian Association of Petroleum Landmen ("CAPL");
- f. A contratação de sondas de perfuração, ou FPSOs, ou FSOs, ou LNG tankers, ou OSVs, ou PSVs;
- g. A elaboração, revisão, análise e negociação de contratos de afretamento (charter), ou O&M, ou prestação de serviços técnico de Exploração e Produção.

### (ii) Direito Público e Administrativo

- a. Matérias ligadas a licitações e contratos da administração pública (Lei nº 13.303/2016), inclusive organização de licitações;
- b. Defesas de impugnações a licitações;
- c. Matérias ligadas ao regime jurídico dos servidores da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990);
- d. Matérias ligadas à observância da legislação de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992);

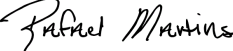
e. Questões ligadas à Corregedoria Geral da União ("CGU") ou ao Tribunal de Contas de União ("TCU").

f. Contencioso administrativo ou judicial.

- (iii) Direito Societário.
- (iv) Direito Internacional.
- (v) Direito Ambiental
- (vi) Direito Tributário.

Adicionamos, ainda que tais serviços estão sendo e/ou foram executados satisfatoriamente desde 2020, não existindo, em nossos registros, até a presente, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2023.

DocuSigned by:  


DC85DE8D8463444...

---

**Rafael Martins**  
Gerente Executivo Jurídico